

## **CURSO AVANÇADO DE ARBITRAGEM ADMINISTRATIVA (2020/2021: 2.º Semestre)**

### ***Coordenadores***

Prof. Doutor João Tiago Silveira / Mestre Tiago Serrão / Dr. Marco Caldeira / Dr. José Duarte Coimbra

### ***Assessor Científico***

Dr. José Duarte Coimbra

### **Apresentação**

Desde há larguíssimas décadas utilizada na resolução de litígios contratuais e de responsabilidade, a arbitragem tem vindo a alargar o seu âmbito de aplicação no domínio do Direito Administrativo português, sobretudo desde a aprovação do Código de Processo nos Tribunais Administrativos em 2002/2004. Desde então, não só a prática arbitral neste domínio tem sofrido um progressivo desenvolvimento, como as sucessivas alterações legislativas, quer ao CPTA, quer ao Código dos Contratos Públicos, quer ainda a outros diplomas setoriais, têm moldado, ainda que nem sempre de modo totalmente coerente, o regime regulador específico da arbitragem administrativa.

Ao contrário do que desde 2011 sucede com a arbitragem tributária, porém, essa evolução não deu ainda lugar a um regime verdadeiramente autónomo de arbitragem, razão pela qual as arbitragens administrativas continuam a ser em grande medida regidas pela Lei da Arbitragem Voluntária, isto sem prejuízo da relevância crescente dos regulamentos dos centros de arbitragem. Nem sempre é isenta de dificuldades aplicativas a articulação do regime geral da LAV com as regras específicas contidas no CPTA, no CCP, noutros diplomas setoriais e com os regulamentos dos centros arbitragem. E mesmo em setores já intensa e especialmente regulados pela lei – como é o caso da arbitragem (necessária) em matéria desportiva –, há ainda e sempre questões por resolver.

A estes problemas de determinação do regime aplicável às arbitragens administrativas soma-se, em qualquer caso, uma pulsão crescente no sentido de as promover, com isso se procurando descongestionar os tribunais administrativos estaduais. E os últimos anos revelam também uma tendência crescente de interação entre a atividade dos tribunais arbitrais em matéria administrativa, voluntários ou necessários, institucionalizados ou *ad hoc*, e a intervenção, recursal ou anulatória, dos tribunais estaduais.

Todas estas razões conduzem a que não possa hoje dispensar-se um conhecimento aprofundado, simultaneamente teórico e prático, do regime da arbitragem administrativa. Destinado a advogados, juízes, árbitros, peritos, trabalhadores do setor da Administração Pública ou da Justiça e estudantes com interesse particular nas áreas do Direito Administrativo e da Arbitragem, o presente Curso procura dar a conhecer o essencial desse regime, nos seus diversos desdobramentos, contando para o efeito com sessões teórico-práticas asseguradas por académicos, advogados, juízes e árbitros com reconhecida experiência em lides arbitrais.

A isto se alia a necessidade de a arbitragem administrativa poder ser efetivamente uma resposta útil, célere e que importe valor acrescentado na resolução de litígios, tanto para as partes públicas, como para as partes privadas. Por essa razão, este curso pretende

deliberadamente transmitir conhecimentos sobre as melhores formas de gerir um processo arbitral, seja do lado dos árbitros e de quem secretarie as arbitragens seja do lado das partes.

### **Duração e horário**

18 sessões de 1h30 cada, em horário pós-laboral, de 28 de janeiro a 25 de março de 2021.

As sessões decorrem às 5.<sup>as</sup> feiras (exceto no dia 10 de março), entre as 18h15-19h45 e as 20h00-21h30 (duas sessões diárias). As sessões decorrerão online, através da plataforma Zoom. Aos inscritos será indicado o link para download da aplicação enviado, por e-mail, os dados de login em cada aula, assim como um tutorial. Caso existam condições para isso, serão lecionadas simultaneamente de forma presencial e transmitidas via Zoom, cabendo aos alunos decidir, em cada aula, se pretendem assistir presencialmente ou através da plataforma Zoom.

### **Número de vagas**

40 participantes (admitidos segundo ordem de inscrição)

### **Propina**

- Geral: € 690
- Associados da ANJAP; desembargadores, dirigentes ou trabalhadores do TCA Sul; associados do CAAD (mediante prova da respetiva condição): € 517,5

### **Certificados**

Será emitido um **Certificado de Frequência** aos alunos que tenham estado presentes em, no mínimo, três quartos das sessões.

### **Inscrições:**

- A decorrer online, desde já, através do botão respetivo, no menu vermelho, acima nesta página.
- Não necessita enviar comprovativo dos pagamentos multibanco feitos na sequência da inscrição online, pois eles são enviados diretamente pela rede.
- As inscrições ficam confirmadas com a regularização do respetivo pagamento.
- As entidades que necessitem de emissão prévia de fatura, deverão contactar o secretariado do ICJP, após efetuarem a inscrição online, onde deverão seleccionar a modalidade de pagamento por transferência bancária.
- No caso de múltiplas inscrições regularizadas com um único pagamento, quando do envio do comprovativo, deverão ser identificadas as inscrições a que o mesmo diz respeito

**Contactos:** Dra. Telma Oliveira, 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> feira das 11h00 às 13h30 e das 14h30 às 19h00.

Telefone: 217 820 265 – Tml.: 933 469 330 - E-mail: [icjp@fd.ulisboa.pt](mailto:icjp@fd.ulisboa.pt)

[www.facebook.com/icjp.pt](https://www.facebook.com/icjp.pt) - [www.icjp.pt](http://www.icjp.pt)

### Programa

<b>Data/Hora</b>	<b>Tema(s)</b>	<b>Docente</b>
28.01/18h15	Introdução à arbitragem administrativa: características e traços distintivos	SÉRVULO CORREIA
28.01/20h00	Âmbito da arbitragem administrativa (I): arbitrabilidade em geral	MÁRIO AROSO DE ALMEIDA
4.02/18h15	Âmbito da arbitragem administrativa (II): arbitragem institucionalizada	JOÃO TIAGO SILVEIRA
4.02/20h00	Âmbito da arbitragem administrativa (III): arbitragem pré-contratual	MARCO CALDEIRA
11.02/18h15	Âmbito da arbitragem administrativa (IV): arbitragem contratual	MARGARIDA OLAZABAL CABRAL
11.02/20h00	Âmbito da arbitragem administrativa (V): arbitragem e regulação	PEDRO COSTA GONÇALVES
18.02/18h15	Âmbito da arbitragem administrativa (VI): arbitragem desportiva	JOÃO MIRANDA
18.02/20h00	Âmbito da arbitragem administrativa (VII): arbitragem de investimento	CLÁUDIA SAAVEDRA PINTO
25.02/18h15	Convenção de arbitragem: técnicas de redação, efeitos e vinculação dos contrainteressados	PEDRO LEITE ALVES
25.02/20h00	Tribunal arbitral: composição, estatuto dos árbitros e regras de publicidade	TIAGO SERRÃO
4.03/18h15	Processo arbitral (I): condução do processo	LUÍS VERDE DE SOUSA
4.03/20h00	Processo arbitral (II): produção de prova	PAULA COSTA E SILVA
10.03/18h15	Boas práticas na arbitragem (I): a gestão do processo	JOSÉ MIGUEL FIGUEIREDO
10.03/20h00	Boas práticas na arbitragem (II): o papel do advogado	FILIPPE VAZ PINTO
18.03/18h15	Decisão arbitral: equidade e fundamentação (com análise de decisões)	JOSÉ DUARTE COIMBRA
18.03/20h00	Impugnação da decisão arbitral (I): recursos	RUI MEDEIROS
25.03/18h15	Impugnação da decisão arbitral (II): ação de anulação (com análise de jurisprudência estadual)	ANA CELESTE CARVALHO
25.03/20h00	Mesa redonda: o futuro da arbitragem administrativa	PAULO PEREIRA GOUVEIA / NUNO VILLA-LOBOS / RODRIGO ESTEVES DE OLIVEIRA / ANTÓNIO P. PINTO MONTEIRO